

Artigo

Lideranças, clientelismo e movimentos sociais: reflexões a partir do caso da economia solidária

Leaders, clientelism and social movements: reflections from the case of solidarity economy

Pompilio Locks

Doutorando em Ciência Política pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
lockspompilio@gmail.com

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa realizada com nove associações e cooperativas envolvidas no movimento de economia solidária em um município do sul do Brasil. Inicialmente buscamos entender as dinâmicas de participação política estabelecidas no interior dos grupos. Com o desenvolvimento da investigação, observamos que as lideranças possuíam uma densa teia de relações externas com movimentos sociais, partidos políticos e governos, em um sentido que aos poucos têm ganhando visibilidade nas pesquisas nacionais. Nosso objetivo nesse trabalho, portanto, é trazer algumas reflexões sobre a natureza desses vínculos no contexto de estudo. Concluímos problematizando algumas de suas consequências para os atores envolvidos e mostrando que esse é um fenômeno comum nas atuais democracias e movimentos sociais latino-americanos.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Associativismo, Economia solidária, Clientelismo

Abstract: This work is the result of a qualitative research made with nine associations and cooperatives involved in the solidarity economy movement in a southern city in Brazil. Initially we seek to understand the political participation dynamic established inside the groups. With the investigation development, we see that their leadership had deep connections with social movements, political parties and governments, in a direction which have gradually gaining visibility in national investigations. Our objective in this work is to bring some reflection on the nature of these ties in the study context. We conclude questioning some of its consequences for those involved and showing that this is a common phenomenon in today's Latin America social movements and democracies.

Key Words: Social movements, Associationism, Solidarity economy, Clientelism

Introdução

A partir de 1985, com a redemocratização, foram modificadas as relações estabelecidas entre a sociedade civil¹ e o sistema político no Brasil. Uma das possibilidades de observação desse processo se dá através da enormidade de associações² e movimentos sociais³ que surgiram durante a década de 1980, entre as quais se destacam as associações e movimentos feministas e étnicos, ambientalistas, de direitos humanos e de trabalhadores que trouxeram ao público questões outrora sufocadas.

Da emergência desses novos atores sociais também surge o movimento de economia solidária, que, segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se define como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados sob a forma de autogestão (Senaes, 2003), conceito que, em conjunto com o de cooperação, concede um ângulo distinto a essa forma de economia. Reunidos sobre formatos organizacionais distintos, sejam grupos informais, sejam associações ou cooperativas, a maioria dos envolvidos se insere na economia solidária procurando alternativas ao desemprego, vulnerabilidade e precariedade, conferindo ao movimento características de combate às desigualdades sociais (Gaiger, 2004).

A partir do momento em que ganha maior visibilidade, até sua incorporação como política nacional de governo⁴, desenvolveram-se diversas pesquisas sobre o tema cuja revisão é recente (Leite, 2009) e que abordam desde as potencialidades econômicas dos grupos até questões culturais relativas ao empoderamento de gêneros. Já no âmbito da ciência política, vários estudos procuraram entender esse novo contexto associativo

1 Segundo Scherer-Warren (1998), em nítido vínculo com a compreensão habermasiana, uma das possibilidades de compreensão da realidade pode ser feita a partir da tríade Estado, Mercado e Sociedade Civil, onde “a sociedade civil é aqui considerada como o berço do associativismo civil, do voluntariado e dos movimentos defensivos e propositivos oriundos do tecido social e comunitário” (Scherer-Warren, 1998: s/n).

2 De forma sucinta, podemos definir associações, de acordo com o artigo n. 53 da constituição brasileira, como “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Na academia, autores como Cadena-Roa e Espinosa (2005) e Chaves, Scherer-Warren (2004) afirmam que associações são agrupamentos voluntários de ação coletiva de pessoas organizadas por metas comuns, regras de funcionamento e elementos simbólicos que lhes dão identidade.

3 Movimentos sociais são “distintos de outros atores coletivos, como partidos políticos ou grupos de pressão, por terem a mobilização de massa, ou a ameaça de mobilização, como sua principal fonte de pressão social e, assim, de poder. Distinguem-se ainda de outras coletividades, como as associações voluntárias ou clubes, por serem centralmente voltados à defesa ou mudança da sociedade, ou da posição relativa do grupo na sociedade” (Scott, 1990: 6). Como o foco do trabalho é eminentemente empírico, furtamo-nos a uma discussão mais profunda sobre a temática dos movimentos sociais, à exceção da economia solidária.

4 Sobre o trajeto da economia solidária até se tornar um política nacional, ver Locks (2014).

brasileiro e colocaram entre as principais questões a autonomia e da dependência das associações frente ao poder público, as relações internas hierárquicas ou verticais, o surgimento espontâneo ou constrangido e também a possibilidade de aprimoramento da cultura política ao invés de sua reprodução. Mesmo que o debate tenha avançado a partir dessas problemáticas, que cruzam o campo da economia solidária, do associativismo e dos movimentos sociais, são recentes as pesquisas mais profícuas e sistemáticas sobre o associativismo e suas diferentes facetas no Brasil⁵, de modo que “pouco sabemos, por exemplo, das hierarquias internas e da capacidade de ação desiguais das organizações civis, da sua diferenciação funcional e das clivagens políticas e conflitos internos, em suma, do *modus operandi* da sociedade civil” (Bichir, Castello e Gurza Lavalle, 2007: 73).

Nossa contribuição na resolução dessas questões ainda reside em apresentar uma breve análise das dinâmicas de participação política em associações e cooperativas de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre⁶. Ao inserirmo-nos no campo, esperando cumprir tal objetivo, nos deparamos com um cenário muito mais complexo do que pensávamos ao desenhar a pesquisa. Visualizamos que os grupos que estudávamos mantinham uma ampla rede de relações externas, principalmente com movimentos sociais e partidos políticos. Por esta razão, também trazemos uma reflexão sobre as relações que são estabelecidas entre as associações e cooperativas com os outros atores da sociedade civil, como governos, partidos políticos e movimentos sociais.

Para tanto, realizamos uma pesquisa com nove associações e cooperativas produtivas de ramos diversificados durante todo o ano de 2011. A metodologia utilizada foi essencialmente qualitativa (Gibbs, 2009), com um total de 12 entrevistas em profundidade com os dirigentes e trabalhadores (Bauer e Gaskell, 2002), cujo foco específico foi às tomadas de decisões coletivas. A partir de observação participante estivemos durante seis meses nas reuniões e nos fóruns dos grupos, em contato com as instituições de assessoria e também com o poder público, culminando em 45 horas de gravação e mais de 150 páginas transcritas. Essas entrevistas, somadas às observações e anotações compuseram o *corpus*⁷ de dados que foi analisado e interpretado a partir das perguntas

5 Entre esses estudos destacam-se Avritzer, 1997; Baquero, 2003; Chaves, Scherer-Warren, 2004; Gurza-Lavalle, 2007; Silva, 2007; Lüchmann, 2012.

6 Uma vez que o tema deste estudo envolve relações delicadas entre atores em situação de vulnerabilidade social, lideranças comunitárias, políticos profissionais e governos, o nome da cidade, dos grupos e dos nossos interlocutores serão resguardados por motivos éticos, tendo em vista que esse procedimento não altera os resultados da análise.

7 De acordo com Bauer e Gaskell (2002: 44-45), o corpus de dados é “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista com (inevitável) arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar.

e dos objetivos do trabalho, o que possibilitou entender de maneira detalhada os processos observados.

Na primeira parte do texto apresentamos o contexto da pesquisa, algumas características das associações e do município estudado. Depois, utilizamos o material coletado nas entrevistas para perceber as tensões sobre a participação política que emergem das dinâmicas internas nos grupos. Em um terceiro momento dialogamos com a literatura sobre movimentos sociais e clientelismo para entender a complexidade das lógicas estabelecidas no âmbito externo das associações. Concluímos com um balanço dos achados dessa pesquisa, tanto em relação ao âmbito interno das associações e cooperativas, quanto em relação às suas relações externas, sugerindo esforços maiores no entendimento dessa complexa conjuntura.

O contexto de realização da pesquisa

A coleta de dados foi feita em um município de médio porte, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, que possui cerca de 200 mil habitantes e um IDH acima de 0.80, considerado alto pelo PNUD. Além de cidade universitária, em termos econômicos está entre os maiores PIB's do Estado, ao mesmo tempo em que possui um índice de pobreza de aproximadamente 30% da população e um coeficiente de Gini de 0.43, próximo da realidade brasileira⁸. Ou seja, é um município desenvolvido economicamente e, em certo sentido, socialmente, mas que também possui as chagas características das demais cidades do país.

A partir destas premissas, podemos observar a Tabela 1 com as nove associações e cooperativas selecionadas para o estudo que, de acordo com a Constituição Federal, são um tipo de entidade sem fins lucrativos cuja característica principal reside na prestação de serviços com foco na produção de bens comercializáveis, baseadas na associação de pessoas e na administração democrática⁹. Geograficamente os grupos pesquisados se

⁸ Sobre os dados, ver: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. e <http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>.

⁹ Sobre o regime jurídico do cooperativismo: lei federal n. 5.764 de 1971. Sobre as associações: lei federal n. 10.406 de 2002, artigos n. 53 ao n. 59. Existem diferenciações significativas entre associações e cooperativas, como, por exemplo, sobre o tamanho para sua constituição e sobre suas finalidades, uma vez que cooperativas precisam de pelo menos 20 membros e suas finalidades são prioritariamente econômicas. No entanto, ambos os formatos, junto de grupos informais, são constitutivos do movimento de economia solidária, conforme Icaza (2002) e Gaiger (2004).

distribuem nas áreas periféricas da cidade, ao passo que economicamente uma parte dos associados tinha a remuneração um pouco acima do salário mínimo e nenhum possuía carteira assinada.

Tabela 1 – Características das associações analisadas

Grupo	Nº de sócios	Ano formação	Ramo
Grupo 1 (Pequeno Porte) até 9 sócios			
A	8	2005	Artesanato
B	6	2008	Reciclagem
C	9	2007	Prod. ecológico
Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios			
D	13	2009	Reciclagem
E	14	2004	Reciclagem
F	27	2006	Reciclagem
Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios			
G	32	2001	Metalúrgica
H	35	2005	Artesanato
I	116	1998	Reciclagem

Os nove grupos que estudamos, de aproximadamente 40 existentes na cidade, possuem uma variedade de tamanhos e de finalidades econômicas, e à época da pesquisa eram compostos de um total de 260 indivíduos. Foram selecionados de acordo com a participação que tinham nos fóruns e nas redes estabelecidas, bem como pela disponibilidade e aceitação para a realização da pesquisa. Além disso, em um contexto de pouca e dispersa sistematização de dados pelos entes públicos, a Secretaria Municipal de Economia Solidária e a Secretaria Municipal de Limpeza Urbana nos disponibilizaram algumas informações através das quais pudemos iniciar a pesquisa.

Também é importante ressaltarmos que a cidade estudada se destaca em termos de organização e mobilização dos trabalhadores, pois é sede de três fóruns autônomos das associações: Fórum de Economia Solidária Municipal (semanal), Fórum de Recicladores Municipal (semanal) e Fórum de Recicladores Regional (mensal). A emergência tanto dos fóruns quanto dos grupos pode, em parte, ser creditada à própria ação conjunta das associações bem como pela administração do Partido dos Trabalhadores (PT)

durante dois mandatos, de 2005 a 2012. Nesse período, anualmente forma feitas assembleias do Orçamento Participativo com eleição de lideranças¹⁰ para delegados e elaboração de um amplo conjunto de políticas públicas em parceria com as associações, seja por meio do desenvolvimento de feiras comunitárias, seja pela coleta seletiva periódica por meio de associações de reciclagem. Com isso foi aberto no município o que Avritzer (2004) chama de *sanfona participativa*, institucionalizando e promovendo a participação e as relações entre o poder público, os movimentos sociais e as associações e cooperativas.

A vida interna das associações e cooperativas

Em termos legais e normativos, associações e cooperativas deveriam ser construídas coletivamente com lógicas de participação democrática, uma vez que todos são sócios dos empreendimentos. No entanto, as poucas pesquisas feitas até agora, como as de Holzmann (2000), Cruz (2007), Veronese e Scholz (2011), Locks e Gugliano (2012), apontam dificuldades nesse imperativo e destacam que os dirigentes afetam diretamente o grau de participação coletiva.

As entrevistas que realizamos nas associações corroboram a hipótese de que a participação tende a ser pouco exercida e que um número pequeno de indivíduos toma as decisões em nome dos coletivos. Dos nove grupos pesquisados, cinco nos explicitaram que a participação dos associados nos processos internos é baixa e que as diretorias acabam tomando as decisões em pequenos grupos, como podemos observar a seguir:

10 Embora “o termo ‘liderança política’ é tão vulgarizado quanto impreciso” (Melo, 2012: 13), entendemos aqui como “una actividad socialmente construida que modela y es modelada por el contexto en un proceso de interacción, en que la acción se orienta a influir en otras personas para lograr determinados objetivos buscados, con base en determinados atributos personales de quien ejerce la influencia” (Rapoport, 2010: 173).

<p>(Entrevista de D.N./ Grupo D)</p> <p>“Olha, bem na verdade aí já começa a dar problema. O pessoal não é muito disso, às vezes a gente passa 4 meses sem fazer nada, pra te falar bem exato, geralmente é aquela anual mesmo, a prestação de contas. Aí a gente já tira um tempo a mais. O escritório de contabilidade vem e faz a parte dele e depois a gente faz a nossa parte. Daí a gente tira um tempo pra conversar um pouco mais, aí tem eleição do conselho fiscal, E daí tem mais conversas.”</p>	<p>(Entrevista N./Grupo I)</p> <p>“Nós temos o livro da ata que nós assinamos! A cada mês nós temos uma reunião [...] Uns 5 só falam (<i>esse empreendimento possui 120 trabalhadores – grifo nosso</i>), o resto só fica escutando... eles dizem na hora que vão falar e chega na hora e ninguém fala. Ficam quietos.”</p>
<p>(Entrevista de D.C./ Grupo E)</p> <p>“Na realidade quando tem reunião, só eu falo. Só eu falo. Eu só trago informações pra eles. Só quando tenho que comprar alguma coisa com o dinheiro do convênio ai eu sento e eles falam, mas em questões assim de reunião que eu vou, eu tento trazer as discussões, acaba só eu depois tendo que fazer o relato e levar pros caras e dizer: Ah, foi o grupo!”</p>	<p>(Entrevista M./ Grupo A)</p> <p>“Eu faço como a rainha da Inglaterra, eu reino, mas não governo, qualquer decisão a diretoria sempre é formada ou então a maioria das decisões é sempre pela assembleia geral que vai aprova, é democrático nesse sentido, todos têm direito a fala, manifestar sua opinião [...]”</p>
<p>(Entrevista J./Grupo F)</p> <p>“Eu sou o presidente, o J. é o vice-presidente e o seu V. é o nosso tesoureiro então é a nossa diretoria [...] a diretoria é nós três, até para a gente exercitar, a gente faz reuniões aqui em 15 dias. Eu vou ao fórum, trago as coisas pra eles, aqui compartilho, então assim, na verdade tem um procedimento de uma cooperativa. Só que assim ó, eu o seu Valdir e o João, nós temos esse cuidado de ter uma equipe qualificada.”</p>	

Esses depoimentos, que elucidam as práticas em cinco dos nove grupos, nos mostram uma elitização na administração dos grupos por parte das lideranças¹¹ que, situadas nas instâncias finais de controle, gestão e decisão se tornam, em parte, responsáveis pelo distanciamento com os liderados. Temos aqui um exemplo de operação da “lei de ferro da oligarquia” de Robert Michels (1982), em que o processo de organização pressupõe o surgimento de hierarquias internas, diferenciação de poderes e, em última instância, o distanciamento gradual dos representantes e dos representados¹².

Em um sentido semelhante, Jean-Louis Laville (2004) argumenta que existe em associações e cooperativas um constante conflito entre os administradores e os demais associados, posto que aqueles situados nas instâncias administrativas e que possuem o controle final das decisões podem constranger as demandas expressas pelos demais

11 Os líderes dos grupos são entendidos aqui como aqueles que possuem algum cargo formal de representação e “dirigem” os rumos coletivos. São os presidentes, vice-presidentes, conselheiros, tesoureiros ou até coordenadores de setor. É importante ressaltar que são essas lideranças que atuam como representantes dos coletivos nas arenas externas. De forma concomitante, nossa definição é restritiva, pois também existem líderes informais, ou seja, que não ocupam cargos administrativos e de direção.

12 Apesar de nossa utilização da formulação de Michels, é importante destacar que desde a publicação do livro *Sociologia dos Partidos Políticos*, em 1911, a “lei de ferro da oligarquia” tem sido questionada, mesmo que sua problematização ainda permaneça atual, conforme aponta Luis Felipe Miguel (2014).

envolvidos. Lorena Holzmann (2000: 54) nos traz o mesmo dilema a partir de um estudo de caso com uma cooperativa no Rio Grande do Sul em que

a divisão do trabalho entre trabalhadores que fazem (manuais) e trabalhadores que pensam (intelectuais) e as relações de dominação/subordinação existentes entre eles se renovaram e foram consentidas na esfera do discurso, assegurando aos que dominavam as formas sancionadas do discurso a condução do processo de tomada de decisões.

Essas são evidências de que as interações entre os associados muitas vezes são hierarquizadas, dado que existem dificuldades de participação e inserção de demandas quando necessitam do aval daqueles vinculados às instâncias administrativas. A pesquisa que realizamos também nos indica que são os gestores que possuem o poder final de decisão, enquanto os demais associados ficam condicionados a outras formas de intervenção, principalmente por pressão, persuasão, formação de grupos e coalizões.

Quando aprofundamos as inter-relações estabelecidas entre esses gestores e as demandas dos associados, os depoimentos mostram que existem mecanismos de sanção, autorização e incorporação das falas dos associados nas decisões. Presenciamos casos nos quais as decisões sobre a produção, contratação e o horário de trabalho eram tomados por meio de diretrizes coletivas, como na associação I, na qual os trabalhadores pressionaram a diretoria para que fosse feita uma votação com o intuito de mudar o coordenador de determinado setor, uma vez que os trabalhadores estavam entrando em conflito direto com ele. Esse tipo de acontecimento implica certo conhecimento por parte dos trabalhadores dos pressupostos associativos e de suas possibilidades, como também podemos ver nesta passagem:

agora, por exemplo, nós fizemos um convênio com a TRENURB para ter um espaço de vendas na estação de trem. Nós tínhamos tudo organizado, mas para eu chegar na associação eu tive que chamar a assembleia geral para ver se aprovavam. Foi difícil até que eu pude expressar a ideia (Entrevista M.).

Mesmo que os grupos analisados sejam caracterizados pela emergência de uma liderança forte e independente em relação aos coletivos, os demais associados em determinados momentos são impulsionados a participar. De acordo com as observações realizadas nas reuniões e os depoimentos de vários associados participantes, é possível

apontar que as reuniões mensais e quinzenais são utilizadas pelas direções para demonstrar a transparência das gestões para os demais trabalhadores e para a comunidade na qual estão inseridos, assim como ratificar as ações e propostas das diretorias. Na maioria das vezes o conteúdo dessas reuniões é técnico e diz respeito, principalmente, à questão financeira dos empreendimentos. Funcionando de forma vertical, como em uma prestação de contas, a diretoria expõe, por exemplo, os balanços de pagamento e o dinheiro em caixa.

Com isso, podemos afirmar que a participação nos grupos que estudamos é parcial, porque “o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes” (Pateman, 1970: 97), em contraposição à participação plena, na qual não existem intermediários entre a tomada de decisão e os envolvidos no processo¹³. No mesmo sentido, Benjamin Barber (2003) nos fala de uma democracia fraca em que os interesses concorrentes são valorizados como opções individuais, definidas na esfera privada e que devem ser respeitados. Emulando o mercado econômico, cabe aos políticos profissionais ou, no caso aqui analisado, aos dirigentes dos grupos captarem a diversidade das orientações e agregá-las em ações públicas, de modo que a eleição de dirigentes e a manutenção da hierarquia funcional e administrativa é a fonte de sustentação desse tipo de democracia.

Dessa forma, o que vimos durante a pesquisa de campo é que o envolvimento dos associados, no que diz respeito às demandas gerais, usualmente é reduzido na autorização da atuação das lideranças. Entendemos que esses problemas, para além dos aspectos internos, também são o reflexo de contextos autoritários, excludentes e com pouco estímulo à participação no qual estão imersos grande parte desses grupos. Portanto, as desigualdades na distribuição de recursos sociais como renda, informação e acesso aos bens públicos presentes na maioria das democracias contemporâneas, faz com que, de acordo com Robert A. Dahl (1985), não seja plausível esperar que a sociedade, em termos gerais, apresente métodos nem mais, nem menos democráticos do que aqueles presentes nas práticas governamentais, fenômeno que se reflete nas associações e cooperativas que estudamos.

13 Destacamos que essa é uma das possibilidades de compreensão do conceito de participação, construída a partir da teoria democrática participativa, da qual Pateman é uma das primeiras e principais expoentes. Durante a década de 1960, a participação era vista principalmente em termos eleitorais e gradualmente foram se ampliando as formas de entender o fenômeno (Borba, 2012). Assim, Pateman (1970), Barber (1984) e Macpherson (1978) são as principais referências no entendimento da participação política para além das instituições.

Podemos afirmar, portanto, que a emergência de uma liderança forte com uma ampla distância ideológica e discursiva dos demais, acompanhada de problemas estruturais como baixos índices educacionais e vulnerabilidade social geram uma democracia fraca (Barber, 1984), uma participação parcial (Pateman, 1970) dos associados, no que diz respeito às demandas gerais dos coletivos.

A vida externa das associações e cooperativas

As reflexões que trouxemos até aqui mostram a pertinência de olharmos para as práticas internas dos grupos de economia solidária. No entanto, precisamos atentar também para aquilo que Oliveira e Silva (2011) chamam de a face oculta(da) dos movimentos sociais, uma vez que nem todas as movimentações e estratégias podem ser captadas por meio de entrevistas ou *surveys*. Somente com uma inserção profunda no campo, através de conversas informais com as lideranças, com os trabalhadores, com os órgãos de assessoria e o poder público conseguimos compreender uma das áreas mais nebulosas¹⁴ do tema: os vínculos entre organizações sociais, partidos políticos, movimentos sociais e poder público.

Tais relações foram ignoradas durante muito tempo na literatura nacional devido à ênfase em um debate altamente normativo e dicotômico entre autonomia e dependência da sociedade civil frente às instituições políticas (Gurza-Lavalle, 2007; Tatagiba, 2010) que, em certo sentido, era reflexo de um otimismo excessivo advindo do processo de redemocratização. Por esse viés, a sociedade civil, que havia se organizado e lutado contra a ditadura militar, seria o polo positivo da relação, o baluarte da redemocratização e representação dos desprivilegiados, atuando de forma autônoma e pressionando os governos, que por sua vez seriam o polo negativo, “a encarnação do mal” (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006). Somente a partir dos últimos anos houve um questionamento dessa problemática, de modo que algumas pesquisas começaram a observar mais de perto a complexidade e amplitude das relações estabelecidas entre a sociedade civil e os governos, apontando para a existência de uma interdependência política entre

¹⁴ Nebulosas, pois são relações que nenhuma das partes faz questão de revelar abertamente. Pelas lideranças, os vínculos com determinados políticos ou movimentos sociais podem abrir portas que, em certa medida, é melhor que sejam exclusivas.

ambos (Avritzer, 2012). Contudo, ainda há muito que descobrir sobre as características e o funcionamento dessas relações.

Nessa direção, Tatagiba e Teixeira (2007), em sua pesquisa sobre o Movimento de Habitação em São Paulo, observaram que com os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil, algumas lideranças de movimentos sociais começaram a transitar entre os partidos políticos e as instituições governamentais, exercendo o que chamaram de tripla militância. Com esse deslocamento e inserção de novos atores ocorreu um processo de profissionalização da militância (Tatagiba, 2010; Cruz, 2007), que passaram a se responsabilizar por intermediar o diálogo entre determinados setores da sociedade com os partidos e os governos. Sobre isso, Tatagiba (2010: 66) problematiza de maneira pertinente:

Quais os dilemas específicos que a ampliação dos canais de participação, associados à emergência de governos de esquerda, impõe à ação dos movimentos? Até que ponto os conceitos de autonomia e independência, ou cooptação e instrumentalização são ainda adequados para compreender a natureza e os significados dessas interações?

A literatura recente, que investiga esse fenômeno no Brasil, vem assumindo que essas lideranças assumem o papel de intermediação, em que “o intermediador é um ator com vantagens posicionais, ou seja, exerce a intermediação porque pode, graças a assimetrias existentes de poder” (Gurza-Lavalle; Zaremborg, 2014: 35)¹⁵. Determinados atores, com vantagens posicionais, constroem pontes entre diferentes fronteiras sociais, facilitando o acesso de políticos profissionais a determinadas coletividades (Feltran, 2010), que em nosso caso são as associações e cooperativas.

Tais questões nos levam a observar fenômenos similares no contexto da nossa pesquisa. Dos nove grupos analisados, verificamos a existência de duas lideranças que exerciam a tripla (Tatagiba, 2010) ou múltipla (Oliveira e Silva, 2011) militância, e que por isso se tornavam referências em termos de participação associativa na cidade. Advindas de associações de reciclagem, ambas passaram a trabalhar como cargos de confiança nos setores de coleta seletiva da prefeitura e eram responsáveis pela intermediação entre o aparato institucional do Estado, as demandas gerais do movimento de catadores

¹⁵ Já na literatura internacional, esse fenômeno é denominado de *brokerage*: “the linking of two or more currently unconnected social sites by a unit that mediates their relation with each other and/or with yet another site [...] Brokerage create new collective actors” (Tilly, Tarrow e MacAdam, 2001: 143).

e recicladores de materiais recicláveis e as demandas específicas dos coletivos do qual faziam parte.

O que descobrimos em nossa pesquisa está longe de ser um fenômeno de exceção, e segundo Dagnino, Olvera e Panfichi, (2006:75) “parecen constituir una característica del funcionamiento de las actuales democracias de la región”, como exemplificam através das lideranças indígenas nas regiões andinas e do movimento feminista latino-americano, em que “la mayoría de sus activistas presentan trayectorias de militancia múltiple o consecutiva, en partidos políticos, organizaciones de mujeres y movimientos feministas” (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006: 86). Dessa forma, nas recentes democracias latino-americanas,

una de las trayectorias más visibles en la esfera pública es el traslado de dirigentes y activistas de la sociedad civil a posiciones de responsabilidad política, como ministros de Estado, asesores y ejecutores de políticas públicas. Éste no es un fenómeno reciente en la política latinoamericana (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006: 76).

Contudo, há algumas especificidades e contrariedade nos discursos sobre essas relações, pois existem caminhos distintos nos movimentos associação-partido-governo e não há necessariamente uma linearidade, uma vez que “las trayectorias pueden adquirir múltiples formas” (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006: 74). Ou seja, enquanto uma liderança que analisamos parece ter vindo da política para o trabalho social em busca de recursos políticos¹⁶, a outra liderança começou no movimento social como dirigente de uma entidade, entrou no partido político e depois passou para um cargo de confiança no Poder Executivo municipal. Destacamos a ilustrativa narrativa dessa liderança:

eu fiz campanha para o deputado que não vem ao caso citar. Aí ele me chamou para ser assessor, e por ter todo trabalho da reciclagem e da campanha, pra desenvolver um trabalho na área de resíduos sólidos. Isso foi agora em janeiro deste ano, trabalhei com o deputado até junho e surgiu a vaga de coordenar a coleta seletiva através da Secretaria Municipal. Para mim foi surpresa que eles apontaram meu nome pra coordenar a coleta seletiva, porque na visão do governo é mais fácil alguém de dentro do movimento coordenar e também os próprios catadores me aceitaram como um bom nome. É um catador que vai lutar por eles e se esforçar pela classe (Entrevista de A.L).

16 Esses recursos são a possibilidade de obtenção de votos de determinada comunidade e a possibilidade de entrar na administração pública via cargos de confiança no executivo municipal, o que de fato ocorreu.

Além dos casos de tripla/múltipla militância, que expressam determinado circuito político-institucional, visualizamos nas nove associações e cooperativas uma dupla militância por parte das lideranças, ora em movimentos sociais ora em partidos políticos¹⁷. O que chama a atenção é que essas associações estão situadas em um contexto social complexo em que devem solucionar conflitos e possibilitar uma ação coletiva harmônica em âmbito interno, mas também lidar com a presença e as demandas dos movimentos sociais dos quais fazem parte, bem como dos partidos políticos e do governo.

Por trás desse arcabouço conceitual, é imprescindível aprofundarmos a compreensão das multiplicidades de formas de participação e suas inter-relações, uma vez que a participação única e exclusiva não parece corresponder às evidências empíricas que têm sido encontradas. Estar em uma associação é diferente de participar de movimentos sociais, que, por sua vez, também difere de participar em partidos políticos e governos. Portanto, quais são as implicações dessa participação multifacetada, constatada pela literatura, para os envolvidos nesses processos? E quais são os diferentes níveis de exigência e sentido entre participar nos movimentos sociais, nos partidos políticos e governos?

Pretendendo somente iniciar um debate nessa direção, acreditamos que embora sejam instituições diferentes, os *partidos políticos* e o *poder público* na cidade analisada estão entrelaçados, visto que sete associações possuem vínculos com políticos do PT que, por sua vez, controlava o poder público. Entretanto a natureza dos vínculos com partidos, ou melhor, com os políticos de determinados partidos é realizada de formas distintas.

Algumas lideranças são militantes registrados e ativos no partido governista, uma vez que

los triunfos electorales del PT a nivel municipal y estatal, a partir de la mitad de los años 80 y durante los 90, abrieron las posibilidades para el desarrollo de trayectorias de activistas militantes desde la sociedad civil al Estado para impulsar el proyecto democrático participativo (Dagnino, Olvera e Panfichi, 2006: 83).

Um das explicações para essas características dos governos do PT está na sua própria origem durante a **década de 1980**, na qual uniu militantes políticos de

¹⁷ Destacamos que sete delas declararam possuir vínculo com políticos do Partido dos Trabalhadores.

esquerda, militantes das comunidades de base da Igreja Católica que seguiam a Teologia da Libertação, intelectuais moderados e líderes de sindicatos e de movimentos sociais (Samuels, 2004). Na medida em que foi se estruturando e se tornando um partido de massa, houve um gradual afastamento com esses setores tradicionais que o formaram, mas que, “apesar de todas as transformações pelas quais passou a partir da segunda metade da década de 1990, ainda serve como importante conexão entre o Estado e os movimentos e organizações sociais” (Iglesias, 2011: 32).

Esse contato direto entre as instituições políticas com a sociedade civil pode ser visto na seguinte declaração: “eu sou filiado ao PT, mas eu digo não é tudo no PT que eu apoio, eu acho que eu vou naquilo que está certo e que me convém e que convém para associação” (Entrevista de M.). Em sentido semelhante, “eles tão trabalhando com o meu nome pra vereador em 2016. Eu não disse que sim nem que não, mas eu digo: vocês sabem o que esperam de mim, então procurem me convencer e trabalhar pra isso por que eu vou sugar de vocês o máximo que eu puder” (Entrevista de J.); “eles vem aqui prometem um monte de coisa e depois não fazem nada, eles te usam aqueles dois, três meses ali e depois tu não é mais nada pra eles, inclusive eu tô saindo da direita dentro do partido, e indo pra esquerda, to indo pra DS (Democracia Socialista)” (Entrevista de D.C).

É interessante notar que nesses grupos cujas lideranças possuem um vínculo direto e permanente com os políticos profissionais e partidos, os limites de começo e término das instituições são mais frouxos. O PT na prefeitura possibilitou às lideranças das associações um maior acesso ao poder público, que se traduziu na facilidade de obtenção de recursos via políticas públicas. Por sua vez, esses recursos auxiliam os coletivos a sobreviver e a enfrentar contextos complexos. Por outro lado, esse cálculo de custo e benefício possibilita aos agentes político-governamentais um acesso maior às próprias associações e às comunidades nas quais estão inseridas.

No entanto, as relações associações-partidos-governo, ocorrem de maneira mais episódica e seletiva em alguns grupos, nos quais o vínculo é acionado apenas quando uma das partes necessita. Em suma, esses momentos específicos podem ocorrer quando os políticos estão em busca de votos, ou quando as associações precisam de algum auxílio para seu funcionamento, como podemos ver nas seguintes falas: “a gente não força ninguém a votar, como aqui, a vereadora D. deu um apoio muito grande, mas a

gente nunca impôs pro pessoal: ‘vocês são obrigados a votar nela!’. No ano passado também teve bastante político procurando nós” (Entrevista de D.A). Os relatos coletados evidenciam que os políticos e os partidos visualizam um grande potencial de votos nas associações e nas cooperativas e, em contraposição, os grupos veem nessas conexões possibilidades de resolver seus problemas internos e externos.

Dia 26 passado houve aquele Leilão da outra parte da cooperativa e a gente meio que se apavorou. O pessoal ficou meio nervoso, daí claro a diretoria tem que tomar a frente. A gente simplesmente pegou o telefone e ligou para o Deputado Z., e ele falou assim: “Pode deixar pra mim que eu vou lá!”. Então sempre apoiou, porque desde o começo foi ele, ele pagou até um ônibus a disposição aqui na época e conheceu duas cooperativas (Entrevista de D.N).

Essas evidências mostram mais do que uma relação passiva de cooptação e dependência da parte mais forte para com a parte mais fraca, na qual recursos materiais ou imateriais do Estado são utilizados no sentido patrão-cliente. Segundo Carl Landé (1977:7), o clientelismo é “uma aliança entre duas pessoas de *status*, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo. O membro superior de tal aliança é chamado de patrão e o membro inferior, de cliente”. Uma visão mais restrita pode ser encontrada em Susan Stokes (2007: 605) que define clientelismo eleitoral como “a oferta de bens materiais em troca de suporte eleitoral, no qual o critério de distribuição que o patrão usa é simples: você irá me apoiar?”¹⁸.

Por esse viés, o clientelismo é parte constitutiva de países subdesenvolvidos e tradicionais cuja cultura personalista impede o estabelecimento de uma política mais impessoal, universal e horizontal, de modo que “um olhar qualitativo mostra que, enquanto não é uma característica exclusiva do mundo em desenvolvimento (ontem ou hoje), é muito mais provável encontrar o clientelismo nesses países do que em democracias avançadas” (Stokes, 2007: 168). Tal concepção evolucionista dos sistemas políticos, focalizada na incompletude e nas características faltantes das sociedades subdesenvolvidas em relação às modernas e industrializadas, gera um ciclo vicioso, em que “pode ser possível que tanto a pobreza cause o clientelismo quanto o clientelismo cause a pobreza” (Stokes, 2007: 618). Em oposição a essa perspectiva de análise que dignifica as práticas das democracias avançadas, temos em conta que

¹⁸ Essa e as demais citações de Stokes (2007) são de tradução nossa.

a diversidade de experiências de intermediação política transborda as fronteiras de um conceito como “clientelismo”, definido normalmente pela sua carga negativa, cristalizada em alguma modalidade de assimetria ilegítima e com frequência em oposição às formas “modernas” de fazer política (Gurza-Lavalle, Zaremborg, 2014: 5).

Ao mesmo tempo, gradualmente os analistas foram percebendo que o clientelismo é um conceito utilizado de maneira frouxa (Carvalho, 1997), que mais obscurecia do que clarificava as interpretações sociológicas sobre as relações indivíduos/estado, como aponta de maneira crítica Javier Auyero (2011: 127-128):

O clientelismo político tem sido uma das mais fortes e mais recorrentes imagens no estudo das práticas políticas dos pobres urbanos e rurais na América Latina [...]. Usada (e abusada) para explicar as razões porque as pessoas pobres e destituídas por vezes seguem líderes populistas – e, às vezes, aqueles autoritários ou conservadores –, a noção de clientelismo político tem sido entendida como um dos elementos mais centrais do apelo populista¹⁹.

Ao mesmo tempo, as diferenças e desigualdades na obtenção do poder são marcas do modo de fazer política no Ocidente contemporâneo e fazem parte da estruturação das organizações sociais porque,

tanto aqui, quanto lá, ou alhures, o clientelismo se apresenta como estratégia moderna de obtenção de benefícios por parte dos atores sociais minimamente organizados e desejosos de auferir determinados benefícios, os clientes, como os mandatários legítimos da gestão dos benefícios patrimoniais, materiais ou simbólicos, seus *patronus* entre as partes com incidência direta sobre as possibilidades da troca (Filho; Alves e Jorge, 2004: 215).

Os grupos que analisamos, dessa forma, também utilizam seus recursos, que normalmente é o poder de voto e mobilização da coletividade associada, como moeda de barganha para adentrar nas malhas institucionais e desenvolver seus projetos em várias

19 É importante destacar que essa renovação na academia dos estudos sobre o clientelismo irá culminar no debate mais amplo do populismo. Embora essa discussão não esteja presente neste texto devido à proporção que tomaria, partilhamos da concepção de Lara (2012, p.71) para quem “Uno de los principales obstáculos de la definición del populismo, así como la carga valorativa negativa que generalmente este connota, se relaciona con la constantemente comparación de la experiencia latinoamericana con procesos, dinámicas y valores propios de otras regiones del mundo”. Para Laclau (2005, p.11), o conceito de populismo “siempre ha sido ambiguo y vago en el análisis social”, porque é “una lógica social cuyos efectos atraviesan una variedad de fenómenos”. Assim, “el clientelismo [...] nos es necesariamente populista, puede adoptar formas puramente institucionales, pero es suficiente que esté construido como un llamado público a ‘los de abajo’ fuera de los canales normales, para que adquiera una connotación populista” (2005, p. 157). Para uma discussão da literatura sobre populismo e neopopulismo, ver: Nervo, 2014.

frentes. Nesses termos, concordamos com Javier Auyero (2011: 130) quando afirma que “em um contexto de oportunidades econômicas minguantes, o engajamento sustentado e fiel ao aparato partidário pode assegurar aos participantes o acesso a empregos e à influência na distribuição dos recursos públicos”. Tal clientelismo é um fenômeno restrito àqueles que obtêm o poder político e seus círculos de proximidade; logo, não serve para pensarmos nações, estados e municípios, pois essa prática tem um efeito menor do que se acredita (Auyero, 2000).

Dessa forma, também devemos entender as razões e lógicas dos clientes, uma vez que as relações alinhadas entre lideranças, partidos e governos fortalecem as associações, abrem oportunidades de trabalho para os associados que passam a garantir seus meios de sobrevivência e usufruir dos benefícios e das estratégias desenvolvidas. Nessa perspectiva, Charles Tilly (2006: 142) argumenta:

Por mucho que deploremos la participación política sobre la base de los lazos personales y los prejuicios de grupos, la absorción de recién llegados a la política pública por medio del clientelismo facilitó a la integración de la política pública de redes de confianza segregadas previamente, en la misma medida que promovió la implicación de estos mismos recién llegados en nuevas redes de confianza creadas por el propio estado y por los principales actores políticos, como los sindicatos.

Pelo que observamos durante a coleta de dados, as associações e sua inserção na política institucional em vistas à obtenção de recursos, portanto, não parecem causar a pobreza no sentido apontando por Stokes (2007). Pelo contrário, essa inserção oferece meios de subsistência para indivíduos excluídos do mercado de trabalho e oportunidades de participação para além da urna eletrônica, ao mesmo tempo em que resolve demandas sociais insatisfeitas que foram geradas a partir de poderes públicos insensíveis as mesmas (LACLAU, 2005). Como nos informa Gay (1999: 65), em sua pesquisa em uma favela no Rio de Janeiro,

clientelism should be seen as one of a number of strategies that are called upon to introduce an element of accountability to a constantly shifting relationship between the least privileged elements of Brazilian society and a more accessible but, as yet, unresponsive state.

De maneira concomitante, o levantamento feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego aponta que aproximadamente 60% dos grupos de economia solidária têm contato direto com algum tipo de movimento social²⁰, corroborando os dados coletados nas entrevistas que fizemos e que mostravam sólidas relações com outros movimentos sociais e redes de articulação. Como também parece ser o caso dos partidos políticos que mostramos anteriormente, essas experiências participativas em fóruns e redes de discussão fazem com que, no sentido posto por Pateman (1970: 146), “a participação nas áreas alternativas capacitaria o indivíduo a avaliar melhor a conexão entre as esferas públicas e privadas”. A seguinte fala é ilustrativa desse processo de aprendizagem:

até eu quero que elas venham uma para ser coordenadora (*do fórum de economia solidária municipal* – grifo nosso) [...] elas acham que não vão entender. Realmente, quando eu entrei tu leva tempo pra entender a reunião, mas agora eu tô gostando das reuniões e sou honesta, no começo tu não entendia o que eles falavam. Tu leva tempo, e agora não. Hoje eu entendo, hoje eu gosto de vir, gosto de participar (Entrevista de V.R.).

As entrevistas que coletamos destacam o aprendizado suscitado às custas do envolvimento e da experiência em causas coletivas, nas quais passam a se posicionar nas disputas políticas, de modo que “a experiência da participação, de algum modo, torna o indivíduo psicologicamente melhor equiparado para participar ainda mais no futuro” (Pateman, 1970: 146). A partir dessa participação fora das esferas governamentais, ocorre uma ampliação dos interesses e das possibilidades desses indivíduos, implicando necessariamente um olhar diferenciado e mais atento para as dinâmicas que permeiam as estruturas políticas tidas como clássicas, como os partidos e os governos.

Especificamente nos fóruns municipais que acompanhamos, os participantes discorrem sobre as práticas de trabalho diárias, as possibilidades de ação conjunta e, com uma regularidade frequente, passam a limpo questões que transparecem as relações democráticas e de participação entre líderes e liderados nas associações. Exemplo disso é a observação de um dos participantes do Fórum de Recicladores Municipal: “existe a democracia entre aspas, tem seis ou sete coordenadores, mas é um só que manda, os outros são só pro nome, a partir do momento que vão aparecendo novas lideranças,

²⁰ Dados podem ser visualizados no site: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>.

esses líderes, entre aspas, que tão comandando, começam a ver que não é bem assim o negócio”.

No mesmo sentido, outro participante enfatizou: “aqui a gente fica maquiando o problema, quando nós formos discutir o regimento (do Fórum) o pessoal não sabia nem o que era um regimento. As pessoas que compõem o grupo X muitas vezes não sabem nem o que é economia solidária. Eles só querem participar das feiras”. Ou seja, esses espaços externos aos grupos possibilitam uma espécie de controle mútuo, responsabilização e aprendizado entre as lideranças.

No caso estudado, o movimento guarda-chuva é o da economia solidária, como afirma um dos entrevistados: “eu participo de vários movimentos. E a própria economia solidária já é um movimento social” (Entrevista de M.). Participar da rede de economia solidária além de muitos outros benefícios possibilita o acesso a uma série de políticas públicas e recursos municipais, estaduais e federais, que são desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em âmbito nacional. No entanto, os grupos que estudamos também participam simultaneamente de outros tipos de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimentos Sindicais de Metalúrgicos, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o Movimento de Recuperação de Empresas Falidas (capitaneado pela ANTEAG), além dos fóruns desenvolvidos na cidade com apoio da universidade local, que possui um convênio com a SENAES para prestar assessoria ao movimento de catadores e de economia solidária. Há, portanto, um emaranhado de movimentos, fóruns e redes que inserem uma pluralidade de atores em complexas dinâmicas políticas.

Os indivíduos inseridos nesse amplo contexto de organizações e movimentos sociais aprendem a agir coletivamente e a participar politicamente, como podemos observar nas palavras de um dos entrevistados:

a gente se organiza em 12 famílias e entra dentro do movimento do MTD, que na época tinha como pauta reivindicar as frentes emergenciais de trabalho, que era o salário mínimo na época [...] com certeza, aprendi muito, inclusive a me relacionar com as pessoas, o movimento te dá essa oportunidade, de tu aprender a se relacionar, trabalhar em coletivo. Mas eu nunca eu imaginei que conseguiria, eu coordeno esse grupo aqui desde 2004 [...] por que eu era quieto. Era só sim, tudo bem. E só na minha, claro, mas eu não tenho aquela escolaridade, eu tenho a 5ª série. Só que três, quatro meses dentro do movimento eu vi que as coisas assim não eram como eu

pensava, que não é um bicho de sete cabeças (Entrevista de D.C.).

Em simultâneo a esse aprendizado, as lideranças das associações e cooperativas que participam dos movimentos destoam em termos de experiência, oratória e militância dos demais associados, que em sua maioria estão somente em busca de novas opções de emprego. Com isso temos um cenário complexo em que os líderes partidários e/ou de movimentos sociais acionam e são acionados pelas lideranças associativas, ao mesmo tempo em que essas lideranças acionam e são acionadas pelos coletivos que dirigem. Esses valores e crenças dos militantes e dos não militantes igualmente caracterizam situações de permuta recíproca, conforme expõe Mansbridge (2009: 210):

Os movimentos sociais trabalham tanto para mudar o modo de pensar das pessoas quanto para pressionar os governos para a implementação de leis. A conversação política intencional dos ativistas políticos tanto influencia quanto é influenciada pela conversação cotidiana dos não ativistas [...]. Não ativistas afetam o que os ativistas dizem e pensam [...] por responderem a essas ofertas demonstrando entendimento ou confusão, interesse ou enfado, apropriação ou rejeição [...] testam novas e velhas ideias contra suas realidades diárias.

Mesmo que os objetivos e a influência dos movimentos sociais e dos partidos políticos sejam diferentes nas associações e cooperativas, no caso da cidade que analisamos grande parte dos coletivos e suas respectivas lideranças foram absorvidos pelo Partido dos Trabalhadores, que justamente encontrava sua legitimidade de governo na inserção e fortalecimento desses atores a partir das políticas governamentais. Enquanto nos movimentos sociais os líderes direcionam sua atuação na direção da sociedade, como afirma Scott (1990: 6) “por serem centralmente voltados à defesa ou mudança da sociedade, ou da posição relativa do grupo na sociedade”, a conexão com os partidos se orienta para a obtenção e disputa por recursos dentro do sistema político. No entanto, são descobertas que ainda necessitam de um maior número de pesquisas e reflexões para serem entendidas de maneira mais sistemática em nosso país.

Considerações finais

Inicialmente trouxemos a contribuição – que também já se reflete de algum modo em algumas pesquisas da literatura nacional – de que a participação nas associações e cooperativas é realizada de maneira fraca e parcial, no sentido posto pelos teóricos da democracia participativa do final do século XX. Os espaços de fala nas reuniões e as tomadas de decisões são, na maioria das vezes, dominados pelos dirigentes, que possuem maiores habilidades comunicativas e de gerenciamento. Com isso ocorre a reprodução da “lei de ferro da oligarquia” (Michels, 1982), bem como uma diminuição das exigências normativas em relação ao potencial democrático das associações e cooperativas (Dahl, 1985).

Em relação aos aspectos externos, percebemos no município uma complexa teia de relações entre associações e cooperativas, movimentos sociais, partidos e o poder público, que por um lado aprofundam as relações indivíduos-sociedade civil-estado, e por outro, tornam as relações cada vez mais difíceis de serem captadas e compreendidas. Especificamente em nosso estudo, sete lideranças possuíam vínculo com o Partido dos Trabalhadores e todas elas participavam de algum movimento social externo aos grupos.

Para a melhor compreensão desses fenômenos tentamos desagregar, em um primeiro momento e somente para efeitos de análise, a participação em movimentos sociais, em partidos políticos e governos. Em relação aos últimos, necessariamente nos deparamos com o tema já debatido do clientelismo, mas, sobretudo, precisamos caminhar no sentido de compreendê-lo de uma forma menos estigmatizada e imprecisa, a partir das lógicas das próprias redes que são estabelecidas. Sobremaneira, nos parece importante entender as estratégias de sobrevivência de determinados indivíduos, em um contexto de escassez de recursos econômicos, que utilizam de relações políticas para melhorar suas vidas de alguma forma. Esse contato possibilita um controle maior do contexto por parte das associações, pois os recursos captados facilitam e viabilizam a existência dos grupos. Por outro lado, os próprios partidos também usufruem desses benefícios garantidos para determinadas associações, pois se apropriam das possibilidades eleitorais ou de mobilização que os grupos analisados oferecem.

Já em relação aos movimentos sociais, percebemos que há no caso da cidade que analisamos uma interessante relação entre eles e o PT, que absorve essas demandas e as coloca junto ao poder público. Como é um partido identificado com as causas das camadas populacionais mais vulneráveis, sua agenda também tende a oferecer maiores oportunidades de obtenção de recursos e inserção de temas junto ao Estado, o que também legitima os pressupostos do governo. Dado esse contexto, as entrevistas coletadas apontam que há um aprendizado no sentido da participação, conforme aponta Pateman (1970), que é suscitado às custas do envolvimento nas causas coletivas e na tomada de posição nas disputas políticas existentes, seja a favor do partido no governo, seja contra ele.

Essas relações estabelecidas no seio da sociedade brasileira mostram que não temos um cenário fixo de indivíduos passivos e dependentes ante os governos. Os vínculos estabelecidos entre as comunidades e os associados, os intermediadores, os políticos profissionais e os governos – com protagonismo do PT – mostram um cenário de negociações e trocas assimétricas constantes, que está sujeito a nuances, matizadas pelas próprias características da conjuntura política. Nesse sentido, há que se preocupar de maneira mais profunda com o dilema democrático dessas associações e cooperativas inseridas no âmbito da economia solidária, bem como pela qualidade em resolver as demandas coletivas insatisfeitas por parte dos intermediadores e dos políticos profissionais e governos. Tal esforço deve ser empreendido tanto pela academia, quanto pelos próprios agentes políticos inseridos nesse contexto.

Referências bibliográficas

- AUYERO, Javier. 2000. *Poor People's Politics*. Durham: Duke University Press.
- _____. 2011. Vidas e Política das Pessoas Pobres: as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. *Sociologias*, n. 28, p. 126-164.
- AVRITZER, Leonardo. 1997. Um Desenho Institucional Para o Novo Associativismo. *Lua Nova*: São Paulo, n. 39, p. 149-174.
- _____. (org.). 2004. *A participação em São Paulo*. São Paulo: UNESP.

- BAQUERO, Marcello. 2003. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108.
- BARBER, Benjamin. 2003. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley: University of California Press.
- BAUER, Martin; GASKELL, George. 2002. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- BORBA, Julian. 2012. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 263-288.
- CADENA-ROA, Jorge; ESPINOSA, Cristina Puga. 2005. Criterios para la evaluación del desempeño de las asociaciones. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, n. 193, p. 13-40.
- CARVALHO, José Murilo. 1997. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*, vol. 40, n. 2, s/p.
- CRUZ, Gisele R. 2007. Associativismo e Democratização da Sociedade: limites e possibilidades. *Comunicação & Política*, v. 24, p. 89-114.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. 2006. Por otra lectura de la disputa por la construcción democrática en América Latina: In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo (coords). *La disputa por la construcción democrática en América Latina*. Cuadernos para la democratización. México: Fondo de Cultura Económica, p. 15-102.
- DAHL, Robert A. 1985. *Um prefácio à democracia econômica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FILHO, Paulo; ALVES, Ana Fernanda; JORGE, Vladimyr. 2004. Acesso ao poder, participação democrática e clientelismo. *Revista Civitas*, vol. IV, n. 2, p.221-233.
- FELTRAN, Gabriel. 2010. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. *Lua Nova*: São Paulo, p. 201-233.
- GAIGER, Luiz Inácio (org.). 2004. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- GAY, Robert. 1999. The Broker and the Thief: A Parable (Reflections on Popular Politics in Brazil). *Luso-Brazilian Review*, vol. 36, n. 1, p. 49-70.
- GIBBS, Graham. 2009. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed.

- GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata 2007. Protagonistas na Sociedade Civil; Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo. *Dados (Rio de Janeiro. Impresso)*, v. 50, p. 465-497.
- GURZA LAVALLE, Adrian; ZAREMBERG, Gisela. 2014. Para além da representação e do clientelismo: para uma linguagem da intermediação política. *Pensamiento propio*, v. 19, p. 23-62.
- HOLZMANN, Lorena. 2000. Gestão Cooperativa: Limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). *A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.
- ICAZA, Ana Mercedes. 2002. Economía solidaria, prácticas cooperativas y desarrollo local en el sur de Brasil. *CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa*, n. 43, extraordinario, p. 41-59.
- IGLESIAS, Esteban. 2011. Los movimientos sociales bajo el gobierno de Lula da Silva: entre la construcción del proyecto político y la institucionalización del diálogo político. *Revista SAAP*, 5(1), p. 131-156.
- LACLAU, Ernesto. 2005. *La razón populista*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- LAVILLE, Jean-Louis (org.). 2004. *Economía Social y Solidaria. Una Visión europea*. Buenos Aires: Altamira.
- LARA, Ignacio Fernando. 2012. Democracia y Populismo en Sudamérica. *Revista Sul-Americana de Ciencia Política*, v. 1, n. 1, p.53-76.
- LEITE, Márcia de Paula. 2009. A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 24, p. 31-51.
- LOCKS, Pompilio. 2014. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. *Otra Economía: Revista de Economía Solidaria e Social*, n. 8, p. 45-59.
- _____; GUGLIANO, Alfredo. 2013. Democracia e Economia Solidária: potencialidades e limitações. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 41-62.
- LÜCHMANN, Lígia. 2012. Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 43, p. 59-80.
- MACPHERSON, C. B. 1978. *A democracia liberal: origens e evoluções*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MANSBRIDGE, Jane. 2009. A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In: MARQUES, Ângela C. Salgueira (org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 207-238.

- MICHELS, Robert. 1982. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora UnB.
- MIGUEL, Luis Felipe. 2014. Oligarquia, democracia e representação no pensamento de Michels. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 13, p. 137-154.
- MELO, Carlos. 2012. Notas e reflexões sobre "Liderança Política": contribuição para delimitação de um campo de estudo. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, v.5, n.14: p.11-30.
- NERVO, Alexandre. 2014. O (neo)populismo como estratégia de comunicação política. *Teoria e Pesquisa*, n. 23, p. 194-218.
- SAMUELS, David. 2004. As bases do petismo. *Opinião Pública*, n. 10, p. 221-241.
- RAPOPORT, Sara Gordon. 2010. Modalidades de liderazgo en organizaciones de acción colectiva. In: LUNA, Matilde; PUGA, Cristina (eds.). *Nuevas perspectiva para el estudio de las asociaciones*. Ciudad de México: Anthropos.
- SCHERER-WARREN, Ilse. 1998. Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global. *Revista de Educação Pública*, n. 6, vol. 10, s/p.
- SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara. 2004. *Associativismo Civil em Santa Catarina: Trajetórias e Tendências*. Florianópolis: Insular.
- SCOTT, James. 1990. *Domination and the arts of resistance: hidden transcripts*. New Haven: Yale University Press.
- SILVA, Marcelo K. 2007. *Mapa do associativismo em Porto Alegre*. Porto Alegre. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=6
- _____; OLIVEIRA, Gerson de Lima. 2011. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. *Sociologias*, n. 28, p. 86-124.
- SENAES. 2003. *Economia solidária em desenvolvimento*. Brasília: SENAE/Ministério do Trabalho e Emprego.
- TATAGIBA, Luciana. 2010. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões. *Colombia Internacional*, v. 71, p. 63-83.
- _____; TEIXEIRA, Ana. C. 2007. O papel do CMH na política de habitação em São Paulo. In: CYMBALISTA, R. et al. *Habitação: controle social e política pública*. São Paulo: Instituto Pólis.
- TILLY, Charles; TARROW, Sidney. 2007. *Contentious politics*. Boulder: Paradigm Publishers.

VERONESE, Marília; SCHOLZ, Robinson. 2011. *O processo emergência da liderança solidária compartilhada: um estudo de casos múltiplos*. XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia.

Recebido: 02/05/2015

Aceito: 07/11/2015